

V Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Título do trabalho: Movimentos sociais e representatividade: os protestos de 2013 no Brasil¹

Nome das autoras: Sandra Regina Barbosa Parzianello² e Naiara Dal Molin³

Afiliação institucional: Universidade Federal de Pelotas – UFPel - Brasil

E-mail: parzianellos@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho se propõe a examinar o fenômeno das manifestações sociais e protestos ocorridos no Brasil em 2013. O objetivo principal é analisar a natureza do pensamento social e político brasileiro em campo da esfera pública e cidadã, onde se tematizam os problemas gerais da sociedade, bem como, a visão do Estado no campo político que sugere uma ideia de “modelo ideal” de representação, condizente com os anseios da sociedade. Neste processo de análise qualitativa propomos um trabalho que procede aos estudos realizados por cientistas políticos como Gildo Marçal Brandão e José Murilo de Carvalho num contexto de entrelaçamento sobre formas de pensamento que interpretam um cenário real, no qual há interação entre atores sociais e político-institucionais, que conseqüentemente resultam da ação dos movimentos. O pensamento político confunde-se com a história intelectual da ciência política que se divide em pesquisas empíricas, interpretativas e em artigos que dão conta dos dilemas da sociedade. Dada a inserção nas Ciências Sociais cabe a investigação dos fenômenos urbanos e de expressão nacional, a exemplo das manifestações, que sugerem a exteriorização do pensamento social, a exemplo do caso brasileiro. O texto deverá resultar e apresentar algumas reflexões acerca do tema da relação entre movimentos sociais e representação política, a partir desse cenário específico, tendo como referência as manifestações e os protestos de 2013.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Pensamento Político; Representação.

Movimentos sociais e representatividade: os protestos de 2013 no Brasil⁴

¹Trabalho apresentado no V Congresso de Ciência Política do Uruguai, "Que tipo de democracia para a ciência política?" Uruguai Political Science Association, 7-10 de outubro 2014.

²Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política – UFPel, jornalista diplomada, bacharel em Comunicação Social e em Ciências Sociais – Ciência Política. E-mail: parzianellos@yahoo.com.br

³Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas - Instituto de Sociologia e Política.

⁴Trabalho apresentado no V Congresso de Ciência Política do Uruguai, "Que tipo de democracia para a ciência política?" Uruguai Political Science Association, 7-10 de outubro 2014.

Introdução

O ano de 2013 no Brasil é marcado pela explosão dos movimentos sociais enquanto forma de ação política específica, baseada no embate, em uma série de fenômenos que envolveram a ação coletiva e que resultaram em uma ampla cobertura jornalística. O objetivo principal é analisar a natureza do pensamento social e político brasileiro em campo da esfera pública e cidadã, onde se tematizam os problemas gerais da sociedade, bem como, a visão do Estado no campo político que sugere uma ideia de “modelo ideal” de representação, condizente com os anseios da sociedade

Nossa abordagem consiste na origem e caracterização dos movimentos sociais, a partir do que configurou a explosão dos movimentos e passou a mobilizar um número cada vez mais expressivo de populares nas ruas. Com o recorte de alguns episódios percorremos os principais passos dos movimentos sociais, destacando a expressiva massa nas ruas das principais cidades brasileiras e o número de demandas que se multiplicavam. Veremos que, sob uma voz coletiva que gritava “não é só por 20 centavos”, passavam outras reivindicações por um Brasil melhor, demandas populares que encontraram naquele momento um importante espaço discursivo.

Dada a inserção nas Ciências Sociais cabe a investigação dos fenômenos urbanos e de expressão nacional, a exemplo das manifestações, que sugerem a exteriorização do pensamento social, a exemplo do caso brasileiro. Analisamos o acontecimento em si, pelo relato dos fatos e da reativação de ordens sociais, sempre provisórias, alternadas pela contingência e precariedade. Trata-se de um trabalho de análise do mais importante evento sociopolítico contemporâneo onde afirmamos que os movimentos sociais de 2013 evoluíram ao número expressivo de demandas, sem constituir, especificamente, qualquer possibilidade efetiva de retorno.

Consideramos que o evento das manifestações sociais deu voz a massa dos excluídos que manifestou uma falta constitutiva, uma incompletude que mexeu com as estruturas, bem como, pressionou governantes a respostas hábeis. Entendemos que, de alguma forma contribuímos para o estudo e reflexão deste evento inesperado e controverso, que ainda procura uma fundamentação e explicação da mensagem interiorizada por cada um, ainda que, de modo diferente.

As manifestações no Brasil e o contexto das ruas

Tratando sobre os movimentos sociais, não há como ficar a margem do debate sobre as manifestações no Brasil em 2013. Sem dúvida um marco histórico, assunto para revistas

especializadas, imprensa brasileira e internacional, questão de debate no mundo social, político e acadêmico. A antropóloga e professora Ruth Cardoso⁵ em um de seus trabalhos procurou fazer uma trajetória histórica dos movimentos distinguindo pelo menos dois aspectos: a emergência heroica dos movimentos e a institucionalização da participação dos movimentos. Será possível imaginar como ela daria continuidade a este trabalho?

Mais do que buscar compreender as manifestações de 2013, parece fazer-se necessário encontrar o “estopim” dos protestos, por onde tudo começou. Há quem afirme que São Paulo foi pioneiro após o governo prometer que não haveria aumento no valor das passagens de ônibus, trens e metrô, o que não foi cumprido, mesmo com o incentivo do governo federal com a redução na cobrança de impostos. Assim como Ruth Cardoso analisou sobre a década de 70, a primeira fase dos movimentos não revelaram exatamente um agente político, mas o que se formou foi uma pressão política, uma mistura de complexidade e perplexidade que se organizou. Afinal, a partir de onde pensá-las? Será uma revolta de novas gerações? Foram só mesmo pelos 20 centavos?

Assim como nas décadas de 70 e 80, o modo como foram tratadas estas fases por cientistas sociais está sendo quase o mesmo, na busca de uma interpretação sobre este espontaneísmo dos movimentos que de algum modo substituiu os instrumentos de participação como partidos, associações entre outros, conforme Cardoso contextualiza e questiona. Será que os novos movimentos surgem do nada?

Certamente a capacidade de produção da “boa teoria” pela ciência política no país vem, cada vez mais, sendo questionada por sua crescente capitulação diante do objeto de pesquisa, o que impede a construção de explicações que deem conta da totalidade do fenômeno político, suas relações sociais e recortes históricos possíveis, com evidentes aportes normativos: a negação da validade interpretativa do ensaio, o “culto” ao método, o avanço dos estudos institucionais descolados da dimensão sócio-histórica, o abandono da atividade negadora e imaginativa própria do pensamento filosófico, todos esses fatores prejudiciais à possibilidade de encontrarmos respostas para os “novos” e “velhos” problemas da sociedade brasileira, aprisionando o pensamento em barreiras disciplinares que obscurecem o movimento da sociedade no seu conjunto, tornando infecunda a atividade de reflexão teórica nacional (Brandão, 2007; Lessa, 2003).

Talvez a compreensão passe num primeiro momento por uma narrativa, um tratamento histórico do caso, tendo que considerar diversos aspectos a fim de problematizá-los. “Desde a segunda metade dos anos 70, acompanhando o início de abertura do governo Geisel, houve enorme expansão dos movimentos sociais urbanos. Como diz o nome, eram movimentos típicos das cidades, sobretudo das metrópoles. (CARVALHO, 2002, p. 176).

⁵CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Indiferente da terminologia usada, protestos, manifestações e/ou jornadas, todas remetem ao cunho popular, o povo saiu às ruas em todo o país, muitos nem sabiam exatamente porque. Alguns rememoraram as manifestações populares do “impeachment” do então presidente Fernando Collor de Melo (1992), outros, foram as ruas como no movimento civil pelas “Diretas Já!” (1983-1984). Conforme Ruth Cardoso, a ideia de espontaneísmo e autonomia comprovava uma mudança na cultura política. Segundo estimativas, os protestos de junho reuniram mais de um milhão de pessoas simultaneamente nas ruas de 80 cidades e se transformaram nas maiores manifestações de rua do país em mais de duas décadas.

Nesse contexto, cada subsistema, entre eles o sistema político, mostrar-se-ia insensível aos custos que ele produz para os outros subsistemas, não havendo nenhuma instância onde os problemas da sociedade como um todo assumam consistência e relevância, vale dizer, sejam tematizados numa linguagem comum. (COSTA, 1994, p. 42).

O pesquisador francês Frédéric Louault, por exemplo, afirmou que o governo Dilma foi pego de surpresa pelos protestos, pois não percebeu o distanciamento que estava tomando dos movimentos sociais, tradicionais aliados do PT. Segundo Louault, "concentrado nos indicadores macroeconômicos, o governo pensava que o apoio dos setores sociais estava garantido. Este foi um erro importante do governo de Dilma Rousseff".⁶ Até aquele período, Dilma possuía altos índices de popularidade - 79% de aprovação pessoal - e segundo o jornalista Paulo Moreira Leite “a oposição parecia ajoelhada”, uma vez que a população dava a impressão de estar satisfeita com seu governo. Somados aos episódios, a popularidade da presidenta e de boa parte dos governadores e prefeitos, caiu drasticamente.

O cenário econômico brasileiro passou a sugerir, a uma boa camada de brasileiros, a ideia e “poder” de consumo, estes por sua vez, com serviços públicos medianos, aprendeu também a reivindicar. Com um crescimento econômico mais magro e com tendência de retorno e aumento da inflação, jovens da classe média saíram às ruas, restaram pelo menos duas leituras: Primeiro, que o PT se distanciou dos jovens; e segundo, que futuramente o partido terá problemas de renovação interna (visão do cientista político francês Olivier Dabène). A soma de fatores como participação, movimentos e mudança abrem para “uma participação anti-Estado, anti-partido, anti-sistema político em geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo”. (CARDOSO, 2004, p. 82).

Uma gama importante e variada de temas ampliaram o universo e o discurso das

⁶Müzell, Lúcia. "Estudo mostra que protestos evidenciam fragilidade do governo do PT". RFI. 10 de janeiro de 2014. Página acessada em 11 de julho de 2014.

mobilizações como: os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais (Copa do Mundo); o movimento Passe Livre; a má qualidade dos serviços públicos; indignação com a corrupção política; a cobertura “parcial” midiática; a cura gay; o ato médico; salário de categorias como professores e policiais civis e repressão policial são alguns. Em Brasília, manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios e centenas deles subiram a rampa e no teto do Congresso Nacional para protestar contra os gastos na Copa de 2014, corrupção e por melhorias no transporte, na saúde e na educação pública.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais são tratados como respostas ao avanço da esfera administrativa sobre campos privados como a saúde e a educação, processo que leva à atomização dos cidadãos cujo mundo social fica reduzido aos papéis passivos de cliente, consumidor e paciente. Os movimentos representariam, nesse contexto, a tentativa de conquista pela sociedade civil de papel ativo na produção das suas próprias formas de vida. (COSTA, 1994, p. 47).

Movimentos organizados, ou, desorganizados?

A forte e desordenada repressão policial contra os manifestantes, foi alvo de opiniões antagônicas, discriminada por muitos, defendida por outros, em especial em seu ápice, no protesto do dia 13 de junho em São Paulo. Eram milhões de brasileiros protestando, a partir de então, também contra a ação violenta dos policiais. A violência policial levou ao ferimento de alguns manifestantes e também policiais. O que órgãos de segurança pública divulgaram como vandalismo se transformaram em mais protestos devido o descaso das políticas de segurança pública e a explosão da criminalidade em estados como no Ceará.

São Paulo foi destaque com a represália policial excessiva, que causou muitos feridos, incluindo vários jornalistas, que gradualmente mudaram o discurso, e começaram a atacar a postura policial. Em um só protesto mais de 300 pessoas foram detidas, cerca de 100 - detidas para averiguação - prática comum em ditaduras, já que não há flagrante, e muitas delas foram detidas por portarem vinagre, substância legalmente permitida no Brasil. Não só órgãos públicos sofreram com a ação dos vândalos, mas também privados como bancos, concessionárias de veículos, pequenos negócios populares, pontos comerciais e de serviços.

As manifestações também declararam repúdio a presença de bandeiras político-partidárias. Grupos socialistas, fascistas entre outros foram “identificados” entre populares. Havia ainda os que defendiam a presença de partidos em manifestações e criticam o teor apartidário existente. Cardoso considera que “(...) o papel principal dos movimentos, um papel expressivo, é justamente a criação desse discurso anti-Estado que, ao valorizar a

espontaneidade do movimento, implicava modificações em alguns aspectos da cultura política”. (CARDOSO, 2004, p. 86).

Alguns políticos, como o prefeito Haddad de São Paulo, classificaram a mobilização social tomada por grupos antidemocráticos. A grande maioria das pessoas não possuía um posicionamento político claro. Para o cientista político Fábio Wanderley Reis, o que existia eram movimentos com uma propensão “anti-institucional” e “antipolítica”. Com a violência as manifestações e os manifestantes pacíficos se retiraram aos poucos.

Habermas ao discutir a ideia de esfera pública argumenta que essa dimensão da sociedade é o nível onde os problemas da sociedade são absorvidos, discutidos e processados. Nesse sentido, a esfera pública é rede para comunicação de conteúdos, opiniões, e tomadas de decisão. É da esfera pública que surgem as demandas organizadas para a esfera política. (COSTA, 1994). Além disso, a noção de esfera pública carrega uma ideia de locus, local físico de articulação das demandas da sociedade.

Com isso em mente, podemos debater que, grande parte da organização dos protestos ocorridos em julho no Brasil tiveram sua germinação na internet, mais especificamente nas redes sociais. No entanto, é interessante notar que não ocorreu uma condensação das demandas, elas não estavam organizadas e claras. Será que isso se deve ao fato dos protestos terem se iniciado na internet e não em um espaço físico propriamente dito? As demandas da sociedade foram suficientemente articuladas tanto na internet, quanto nas ruas? Nos parece que houve uma insuficiência quanto aos debates e condensações das demandas por parte da sociedade.

O Estado

Governos de alguns estados como Rio de Janeiro e São Paulo precisaram mudar o tom ameaçador de seus discursos, que antes justificavam enfaticamente sobre os reflexos do não aumento das tarifas afetando diretamente setores como da saúde e educação. Com a avalanche das ruas a atitude precisou ser revista e um posicionamento a favor das massas foi pontual. O governo federal anunciou medidas na tentativa de atender as demandas populares. Coube ao Congresso Nacional colocar em pauta e votar diversas concessões, o que chamaram de “agenda positiva”. Após esse processo a corrupção tornou-se crime hediondo, a chamada PEC 37⁷ foi arquivada e o voto secreto em votações, para cassar o mandato de legisladores 7A PEC define como competência "privativa" da polícia as investigações criminais ao acrescentar um

acusados de irregularidades, agora é proibido. Fora isso, os aumentos anunciados nas tarifas do transporte público, previsto em várias cidades do país, foram revogados, os governos retrocederam em seus discursos e acataram a voz das ruas, alguns acudados em suas residências e palácios de governo.

Entre agendas de reuniões e cancelamento de viagens oficiais o governo federal corria atrás para satisfazer o “novo padrão FIFA de exigências”. A presidenta Dilma Rousseff precisou entrar em rede nacional de rádio e TV (21 de junho de 2013) para tranquilizar os manifestantes e prometeu conversar com prefeitos e governadores para realizar um pacto de melhoria dos serviços públicos e a criação de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana. Rousseff garantiu destinar 100% do dinheiro dos royalties do petróleo à educação, a trazer médicos estrangeiros para ampliar o atendimento do SUS além de receber os líderes das manifestações pacíficas. Declarou ser favorável às reivindicações democráticas, reconheceu a necessidade de “oxigenar” o sistema político e prometeu uma ampla reforma que amplie o poder popular.

Nesse sentido, os partidos políticos deixam de exercer a função de intermediários entre a sociedade civil e o Estado e não equacionam a dicotomia entre as duas esferas. (...) Eles acabam se transformando, do ponto de vista individual, em instrumentos da realização de projetos pessoais de poder, enquanto, com relação ao Estado, operam um processo autonomizado (fora do controle da sociedade civil) de eleição de temas e produção de decisões. (COSTA, 1994, p. 51).

Pelo menos cinco pactos (transporte público, reforma política, saúde, educação e responsabilidade fiscal) foram definidos, além de um plebiscito⁸. A presidenta aproveitou para criticar os vandalismos e pediu respeito aos espectadores dos jogos. Em relação aos protestos contra a diretriz econômica de seu governo, ela afirmou que " quem define os rumos da política econômica brasileira trabalha no terceiro andar do Palácio do Planalto, e não na Esplanada dos Ministérios". A proposta de convocar uma Constituinte foi descartada pelo governo, após ser rejeitada pelo vice-presidente Michel Temer, pela OAB e pela oposição. Um pacote de 17 medidas prioritárias foi definido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que ameaçou suspender o recesso legislativo do meio de julho se elas não fossem apreciadas.

parágrafo ao artigo 144 da Constituição. A PEC define como competência "privativa" da polícia as investigações criminais ao acrescentar um parágrafo ao artigo 144 da Constituição. O texto passaria a ter a seguinte redação: "A apuração das infrações penais (...) incumbe privativamente às polícias federal e civis dos estados e do Distrito Federal."

⁸O plebiscito foi escolhido como a forma de convergência para a reforma política.

Como explica Costa “as formas de integração e articulação entre processos políticos verticais e horizontais” (1994,p.42) é tema fundamental na discussão sobre a sociedade civil. A “busca de identificação e explicação dos mecanismos através dos quais os processos horizontais de articulação política influenciam as decisões públicas” (COSTA, 1994, 9.42). Se pensarmos que de fato ocorreu alguma articulação na esfera política, graças aos movimentos sociais e analisarmos que houve baixa no preço das passagens, ainda que temporariamente, podemos perceber que de fato a sociedade civil é capaz de exercer pressão a ponto de gerar movimentação na máquina estatal.

Após essas contextualizações e na intenção de propor um debate, ponderamos conforme Cardoso que: “A cidadania é uma relação entre o Estado e a sociedade civil, entre a esfera pública e a esfera privada. Como é que essa relação está se dando, o que significa a incorporação dos direitos coletivos pelo Estado? (CARDOSO, 2004, p. 90). Segundo a própria autora, a esfera pública é responsável pelo atendimento e resposta a esses direitos, mas nem sempre o faz.

Considerações finais

É chegado o momento de destacarmos alguns pontos relevantes. Pela contextualização temos os movimentos sociais pacifistas como teias que ampliam os direitos e estende a cidadania a todos os indivíduos, o que faz sentido a um grande número de pessoas. Os episódios de 2013 foram marcados por um deslocamento, ora revelavam um discurso aberto à participação, ora, contestativo. Eram reveladores de um perfil apolítico, apartidário e antissistema, porém de alguma forma se ligam ao sistema político, pois, os jovens, neste caso maioria entre os manifestantes, podem votar e, votam a partir dos 16 anos.

Neste sentido tanto a categoria central “democracia” como os chamados “movimentos sociais” constituem-se dentro de um discurso amplo e vazio. Antes das coisas voltarem a uma certa ordem, porque as pessoas necessitam e procuram este estado, este efeito de ordem social, muitas expectativas foram geradas para, e, pelos brasileiros. Expectativas ideológicas e políticas, que se misturaram às demandas de mudança, melhorias na saúde, emprego, habitação, educação, entre tantas outras que foram contra os esquemas de corrupção, mau uso do dinheiro público e até a falta de representatividade.

Os movimentos não redundaram em efetivas mudanças. Tarefa complicada, num momento em que a própria população parece indecisa sobre o que fazer com o poder que

descobriu ter nas mãos e em que governantes e políticos em geral ainda parecem tentar anotar a placa do bonde da história que os atingiu. Há uma visão destorcida por parte dos cidadãos. Uma cidadania pobre que espera por um Estado, muitas vezes provedor e, com as manifestações isso se evidenciou na forma de cobranças, mas ainda falta participação.

A mídia certamente tem papel importante na radicalização da democracia, as redes sociais, por exemplo, podem possibilitar reformas para a tomada de decisão pública. Nem estamos com o foco na qualidade, mas na possibilidade de um espaço discursivo para se dizer o que se pensa, sem esquecer-se do respeito e do bom senso. As Ciências Sociais, assim como a Ciência Política preocupam-se em estudar os fenômenos e interesses da humanidade, porque afinal, não temos um consenso. Vivemos em uma democracia participativa e contestativa que se adéquam às precariedades e a contingência do social. As instituições não são neutras, e, o discurso que mais marcou neste sentido ecoava pela voz do povo como - “não me representa” - e desta forma se revelaram núcleos e se cristalizaram forças.

A partir das ciências é comum a busca pela noção de democracia, num sentido fechado, formatado a um conceito, mas não é bem assim, afinal as coisas não tem sentido fora de um contexto, fora de um momento. É preciso levar em consideração a linguagem e o resultado da articulação de diversos momentos, como no político, há um quadro de indeterminação e complexidade, porém há para cada situação um sentido e um momento. A tensão entre as manifestações sociais e sua integração nas instituições, é o que chamamos de democracia e cabe ao representante mostrar, quais vontades são compatíveis aos interesses da comunidade. Isso reflete a identidade dos representados que pode mudar, perante o processo de representação.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo:

Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadana no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, nº 38, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. V. 16. n. 47. Maio-agosto. 2011.

HABERMAS, Jürgen. Atores da sociedade civil, opinião pública e poder comunicativo. In: direito e democracia: entre a facticidade e validade. V. II. Rio: Tpo Brasileiro, 2003.

Müzell, Lúcia. "Estudo mostra que protestos evidenciam fragilidade do governo do PT". RFI. 10 de janeiro de 2014. Página acessada em 11 de julho de 2014.

ROMÃO, Wagner de Melo. As Manifestações de Junho e os Desafios à Participação Institucional. http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro%20bapi_4_web.pdf. Acesso em 19 de julho de 2014.

VASQUES, Lucas. O despertar, em junho. Revista Sociologia. Ano IV, Ed. 48. Agost/Setembro 2013, páginas 21-27.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-projeto-que-define-corrupcao-como-crime-hediondo>. Estadão (26 de junho de 2013). Acesso em 11 de julho de 2014.

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/protestos-em-sp-sao-ignorados-por-canais-de-noticia-a-cabo-7034.html>. Acesso em 11 de julho de 2014.

<http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas>. Acesso em 25 de julho de 2014.

http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/apresentacao_joanaluzia_robertopires.pdf#page=12. Acesso em 25 de julho de 2014.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/protestos-tomam-as-ruas-das-principais-capitais-do-brasil-4172882.html>. Acesso em 25 de julho de 2013.